



# Ambivalências

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder - UFS


## **JORNALISMO E TRATAMENTO DE GÊNERO: COMO HOMENS E MULHERES FORAM RETRATADOS NO PORTAL G1 GOIÁS ENTRE MARÇO E ABRIL DE 2021**

## **JOURNALISM AND GENDER TREATMENT: HOW MEN AND WOMEN WERE PICTURED ON THE G1 GOIÁS PORTAL BETWEEN MARCH AND APRIL 2021**

## **PERIODISMO Y TRATO DE GÉNERO: CÓMO SE NOMINADOS HOMBRES Y MUJERES EN EL PORTAL G1 GOIÁS ENTRE MARZO Y ABRIL DE 2021**

Taissa Gracik Tomé<sup>1</sup>

Rosana Maria Ribeiro Borges<sup>2</sup>

 10.21665/2318-3888.v9n18p158-183

### **RESUMO**

O trabalho objetivou analisar a forma como os gêneros masculino e feminino apareceram nas notícias do portal jornalístico G1 Goiás entre março e abril de 2021. A temática se propõe a entender, por meio de uma pesquisa qualitativa, a influência de uma sociedade patriarcal no fazer jornalístico e a forma como ambos os gêneros citados são tratados nas abordagens do Portal. Entende-se que a reflexão acerca da forma como homens e mulheres são representados através do jornalismo infere em uma percepção do meio em que se está inserido e, por isso, a pesquisa se faz significativa tanto em meios acadêmicos quanto fora deles. Para tanto, foi necessário a definição e debate dos conceitos de gênero e as relações sociais que os envolvem, além do fazer jornalístico e do próprio jornalismo, que foi complementado com as ideias de notícia e reportagem, que envolvem diretamente o objeto deste estudo. Ademais, através do estudo de caso do Portal, viabilizado pelo levantamento bibliográfico, pela coleta de dados e pela análise de conteúdo, foi possível

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (2021). Cursa MBA em Marketing na Universidade de São Paulo. Atualmente é bolsista da Universidade Federal de Goiás e pesquisa gênero e direitos humanos no âmbito da Universidade Federal de Goiás. E-mail: taissagracik@discente.ufg.br.

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (2013), Mestre em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (2000), Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Radialismo pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (1996). É professora com dedicação exclusiva vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM - Linha Mídia e Cultura) e ao Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, onde atualmente coordena o PPGCOM. E-mail: rosanaborges.ufg@gmail.com.

confirmar a hipótese de que raízes sociais de um machismo estrutural influenciam na forma como o jornalismo acontece e no modo como homens e mulheres são representados pelo G1 Goiás.

**Palavras-chave:** G1 Goiás. Jornalismo e Gênero. Angulação de Notícias. Homens e Mulheres.

## ABSTRACT

The study aimed to analyze how male and female genders appeared in the news of the journalistic portal G1 Goiás between March and April 2021. The theme aims to understand, through qualitative research, the influence of a patriarchal society in journalistic work and the way both genders mentioned are treated in the Portal's approaches. It is understood that the reflection on the way men and women are represented through journalism infers a perception of the environment in which they are inserted and, therefore, the research becomes significant both in academic circles and outside them. Therefore, it was necessary to define and debate the concepts of gender and the social relations that involve them, in addition to doing journalistic work and journalism itself, which was complemented with the ideas of news and reporting, which directly involve the object of this study. Furthermore, through the case study of the Portal, made possible by the bibliographical survey, data collection and content analysis, it was possible to confirm the hypothesis that social roots of a structural machismo influence the way journalism happens and the way men and women are represented by the G1 Goiás.

**Keywords:** G1 Goiás; Journalism and Gender; News Angle; Men and Women.

## RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar cómo aparecía el género masculino y femenino en las noticias del portal periodístico G1 Goiás entre marzo y abril de 2021. El tema tiene como objetivo comprender, a través de la investigación cualitativa, la influencia de una sociedad patriarcal en el trabajo periodístico y la forma en que ambos géneros mencionados se tratan en los enfoques del Portal. Se entiende que la reflexión sobre la forma en que hombres y mujeres son representados a través del periodismo infiere una percepción del entorno en el que se insertan y, por tanto, la investigación adquiere relevancia tanto en los círculos académicos como fuera de ellos. Por ello, fue necesario definir y debatir los conceptos de género y las relaciones sociales que lo involucran, además de hacer labor periodística y el periodismo en sí mismo, lo cual se complementó con las ideas de noticias y reportajes, que involucran directamente al objeto de este estudio. Además, a través del estudio de caso del Portal, posibilitado por el relevamiento bibliográfico, la recolección de datos y el análisis de contenido, se pudo confirmar la hipótesis de que las raíces sociales de un machismo estructural influyen en la forma en que se desarrolla el periodismo y en la forma en que se representan hombres y mujeres por el G1 Goiás.

**Palabras clave:** G1 Goiás. Periodismo y Género. Angulación de Noticias. Hombres y Mujeres.

## Introdução

Este artigo<sup>3</sup> teve como principal temática a análise da forma como os gêneros masculino e feminino apareceram nas notícias do portal jornalístico *G1 Goiás* no período de um mês, do dia 13 de março ao dia 13 de abril de 2021. A escolha pelos gêneros masculino e feminino ocorreu pela importância e necessidade de discussão do assunto. Os dois gêneros são os mais presentes nas narrativas jornalísticas e, além disso, a temática proposta é atual e com relevância tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele, o que contribui para a análise crítica da sociedade em que cada indivíduo está inserido. Embora tenha-se a consciência de que a atual sociedade aponta a existência de inúmeros outros gêneros, como por exemplo os transgêneros, os binários e não-binários, neste estudo tem-se o interesse nos gêneros masculino e feminino pelos motivos expostos.

Sabendo que grande parte das narrativas brasileiras foram construídas em uma sociedade eminentemente patriarcal, compreende-se que a análise do tratamento de gênero em um veículo jornalístico faz-se necessária. Partindo deste pressuposto, tornou-se importante analisar em que tipo de notícias homens e mulheres aparecem e em que posição eles estão no tratamento dessas informações dentro do portal jornalístico *G1 Goiás* que é um jornal influente e pertencente a um grupo com raízes consolidadas na mídia goiana, que é o Grupo Jaime Câmara<sup>4</sup>.

Para que essa análise se tornasse possível, foram catalogados os títulos e subtítulos de todas as matérias que fizessem referência a homens e mulheres, publicadas na versão online do *G1 Goiás* dentro de um mês. Ou seja, todas as notícias que citavam um dos dois gêneros, seja como fonte ou personagem principal, foram inseridas como objeto de análise. Aquelas que não indicaram a ação de homens ou mulheres no título ou subtítulo não foram coletadas. Da mesma forma, matérias que utilizaram termos gerais como

---

<sup>3</sup> Este artigo trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, orientado pela coautora.

<sup>4</sup> O Grupo Jaime Câmara teve início em 1935 com a fundação da papelaria e tipografia J. Câmara e Companhia. A partir de 1938, com uma nova razão social, intitulada J. Câmara & Irmãos, o grupo estreou diversos jornais impressos e televisivos. Com as mudanças e tecnologias no mercado, o grupo deu início também aos portais online, como o *G1 Goiás*, que lidera o ranking de portais jornalísticos mais acessados no estado (Grupo Jaime Câmara).

“pessoas” ou “grupo” não atenderam à proposta e, assim, não entraram nos quadros de análise.

A partir do resultado da busca, foram criadas doze categorias para agrupamento das matérias que apresentavam o mesmo viés para, assim, perceber quais são os assuntos de maior incidência nos quais ambos os gêneros estão inseridos. Dessa maneira, procurou-se identificar elementos socioculturais da realidade de homens e mulheres que permeiam as narrativas do Portal *G1 Goiás*.

A hipótese que se tem é que as raízes profundas de um machismo estrutural, normalizado por muitos séculos, interfere na construção de notícias jornalísticas. Nesse sentido, objetivou-se pensar se as diferenças no tratamento de gênero ao noticiar homens e mulheres foi naturalizada dentro do portal jornalístico, contribuindo para a perpetuação de todas essas raízes. O jornalismo é o meio responsável por registrar e difundir situações cotidianas e, sendo assim, é cabível a análise de como situações corriqueiras entre os gêneros se perpetuam dentro de um veículo.

Como dito, o *G1 Goiás* é um dos mais robustos portais jornalísticos do estado, de modo que diversas matérias sobre inúmeros assuntos são publicadas diariamente. Para a concretização da análise, um grande número de material foi verificado. A inspeção da forma como o Portal atua frente ao tratamento de gênero diz respeito não somente à linha editorial do veículo, como também à percepção social perante fatos ocorridos todos os dias nos tensionamentos do que é ser homem e ser mulher na sociedade goiana contemporânea.

A relação entre os gêneros masculino e feminino se faz presente em todas as esferas e são retratadas pelo fazer jornalístico. Mas, como os gêneros masculino e feminino são abordados nas notícias? Quais são os assuntos que envolvem cada um dos gêneros? Elas são perpetuadas no veículo de comunicação? De que forma interferem na produção das notícias? Compreende-se que a análise de um veículo local pode permitir criar proximidades com o objeto pesquisado, tornando a observação do meio social frente ao jornalismo mais singular e significativa.

Assim, o objetivo geral deste artigo foi a elaboração de elementos teóricos, metodológicos e instrumentais para analisar a forma como os gêneros masculino e feminino aparecem nas notícias jornalísticas do portal jornalístico *G1 Goiás* entre março e abril de 2021. Já os objetivos específicos propostos foram: analisar como mulheres e homens aparecem nas notícias do *G1 Goiás*; catalogar assuntos frequentes nos quais ambos os gêneros estão inseridos; observar elementos socioculturais da realidade de homens e mulheres que permeiam os conteúdos do supracitado meio de comunicação; perceber se raízes machistas e patriarcais interferem no fazer jornalístico e analisar se construções sociais são perpetuadas no *G1 Goiás*.

A abordagem utilizada na presente pesquisa é qualitativa, enquanto o método utilizado para o desenvolvimento deste artigo foi o estudo de caso. Além disso, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de conteúdo. Para a abordagem do levantamento bibliográfico na pesquisa, foram buscados livros, artigos e reportagens que abordaram cada um dos temas aqui citados.

Já a pesquisa documental foi realizada a partir da análise e catalogação das matérias publicadas no *G1 Goiás*, online, durante março e abril de 2021. Dessa maneira, a pesquisa documental se consolidou como parte fundamental na concretização dos objetivos determinados. A análise de conteúdo, por sua vez, foi aplicada na fase final da pesquisa para auxiliar na interpretação dos dados levantados e na relação entre eles e a realidade cotidiana, criando conexões na forma como um fator influencia - direta ou indiretamente - o outro.

No movimento expositivo, disserta-se inicialmente as definições e relações sociais de gênero para depois debater o fazer jornalístico e as relações de gênero. Em seguida, apresenta-se e discute-se os dados da supracitada pesquisa, seguidos das considerações finais.

## **Gênero: definições e relações sociais**

A ideia de gênero foi, por muito tempo, associada exclusivamente ao biológico. Dessa maneira, entendia-se como gênero o feminino e o masculino. Scott (1995, p. 72) afirma que “através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais”. Ou seja, homens e mulheres se encaixavam apenas nessas duas denominações e eram definidos tão somente por elas. No entanto, são vastas as concepções de gênero dentro de uma sociedade. As variações das quais se tem conhecimento nos dias atuais foram resultado de longos anos de estudos e diálogo, entre as entidades sociais, para que fosse abraçada a ideia de diferentes gêneros.

O conceito de gênero, da forma como é difundido hoje, tem raízes não só nas lutas sociais, mas também nas discussões acerca das mulheres e o espaço em que ocupam. Segundo Grossi (1998, p. 2-3), “o campo de estudos que hoje chamamos no Brasil de gênero ou relações de gênero surge nos anos 1970/1980 em torno da problemática da condição feminina”. A percepção das mulheres a respeito da submissão aos homens fez com que discussões ganhassem força. Conseqüentemente, os questionamentos acerca do tema foram inflados, o que deu início ao longo debate sobre gênero.

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 72. Grifos do autor).

Identificar-se com algum tipo de gênero vai além da forma humana com a qual se nasceu. Essa percepção envolve construções sociais vivenciadas desde a infância. A família é um ponto importante para tal construção, assim como a escola, as amigas, os ambientes. “Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado”, segundo Grossi (1998, p. 5). Entretanto, a definição de gênero não é única e permite que, ao longo da vida, as pessoas se adaptem à representação com as quais se observam.

No entanto, ainda existe a sobreposição de um gênero perante o outro. Isso porque, se tratando de uma cultura machista e patriarcal, as ideias se repetem desde os tempos de colonização. Mesmo com as tentativas de mudança e os próprios avanços já alcançados, que são significativos, as amarras patriarcais ainda têm peso sobre a forma como as situações são tratadas. É inegável a contribuição dos movimentos femininos na articulação da forma de pensar gênero. Porém, mesmo com tamanha mobilização das mulheres, o feminino e o masculino continuam sendo díspares na forma como são abordados nas vivências sociais.

## **Fazer jornalístico e relações de gênero**

O jornalismo é o meio responsável por difundir informações cotidianamente às mais variadas esferas sociais. Por meio dessa ferramenta, notícias e acontecimentos chegam com clareza e apuração aos interessados. Segundo Benetti (2008, p. 13), o “[...] jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso”. Esse discurso dialoga com todas as sociedades, gêneros, regiões e idades. De uma forma ou de outra, o jornalismo chega a essas pessoas e alimenta a curiosidade, a percepção social e a forma de enxergar o mundo.

É importante lembrar que o jornalismo é produzido por pessoas. Sendo assim, por mais imparcial que tente ser, a produção é carregada de características próprias de quem a faz. Benetti (2008, p. 19) afirma que “o jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada tanto em ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência [...]”. Ou seja, o conteúdo entregue é tão imparcial quanto é possível, mas jamais será isento de uma carga cultural vivenciada por quem o escreve.

O gênero jornalístico é amplo e permite diversos formatos. Para cada necessidade e veículo, um ou mais de um são utilizados. Temer (2017, p. 7) defende que “[...] nos estudos sobre mídias e jornalismo, podemos entender os gêneros como sistemas de orientação,

expectativas e convenções que circulam e fornecem antecipadamente um contexto interpretativo [...]”.

Para a análise do objeto proposto, os formatos jornalísticos analisados devem ser notícia e reportagem. Isso porque o portal *G1 Goiás* utiliza, majoritariamente, os dois citados. “[...] a notícia lida com fatos, ao passo que a reportagem lida com assuntos e enfoques ou abordagens que implicam opinião” (TAVARES, 1997, p.125).

A notícia é o formato que entrega, ao público, um conteúdo rápido e com temas sempre recentes. Esse tipo de narração é, na maioria das vezes, apresentado de forma breve e com o intuito de informar sem, contudo, grandes aprofundamentos. A reportagem, por sua vez, cumpre o papel de aprofundar e discutir tais assuntos. Por isso, costuma ser maior que a notícia e apresentar diferentes desdobramentos. Segundo Kindermann (2003, p. 354), “[...] o gênero reportagem pode ser caracterizado em duas linhas gerais: (a) como uma notícia ampliada e (b) como um gênero autônomo”.

A reportagem pode abordar contextos históricos ligados ao fato noticiado, assim como uma gama de entrevistas e informações opostas e/ou complementares. A notícia, apesar de poder apresentar os mesmos elementos, acontece de forma mais enxuta, com o objetivo de fazer com que o acontecimento chegue, de forma quase imediata, à população. Dessa maneira, a responsabilidade de aprofundar, opinar e discutir fica para a reportagem, enquanto a notícia se restringe a apresentar os fatos.

O determinismo de assuntos que entram em pauta e os que ficam de fora pode se tratar, também, de uma tática midiática. Ou seja, notícias que geram audiência podem ser escolhidas com mais facilidade, independente do assunto, para permear as editorias do jornal. Entendendo que um jornal é também uma empresa e um comércio, e que faz parte de um sistema capitalista, percebe-se que a prática é possível e vai além da linha editorial do meio jornalístico.

O fazer jornalístico, em face às relações de gênero, aos valores notícia, à linha editorial do veículo e aos formatos utilizados, é, de certa forma, perpetuador de estigmas sociais. Isso



porque, como será analisado no decorrer deste artigo, o fazer jornalístico pode ser um mero contribuinte para a continuidade de preceitos machistas instaurados na sociedade. Em grande medida, isso ocorre porque as instituições jornalísticas não são soltas no mundo ou mesmo estão isoladas das conjunturas estruturais da sociedade que, cada vez mais, erige em redes econômicas, de poder e, fundamentalmente, comunicacionais, tal como aponta Borges (2013).

Moraes e Silva (2019) argumentam que as técnicas jornalísticas são pautadas em uma perspectiva masculina e branca, o que interfere nos valores-notícia, na seleção de fontes, no recorte dos fatos e na demonstração deles. Dessa maneira, entende-se que o fazer jornalístico tem bases em um sistema patriarcal, assim como a cultura brasileira e goiana. Por conseguinte, é possível perceber que as amarras culturais machistas são anteriores ao próprio Jornalismo e que regem, então, a criação e atuação da profissão.

A escolha por temas abordados no jornal demonstra a posição do veículo frente aos consumidores do conteúdo. Porém, as práticas machistas continuam acontecendo diariamente, no mundo todo. Pode-se dizer que, em alguns pontos, a realidade continua a mesma de vários anos atrás. Não seria função do jornalismo contribuir para essa mudança? Talvez uma resposta possível a esse questionamento esteja vinculada tanto ao modelo no qual o jornalismo brasileiro se estruturou, de forma privada, no qual existem anunciantes que pagam por espaços nos jornais mesmo fugindo ao interesse público, quanto das próprias redes nas quais os jornais se vinculam, a exemplo do que determina Borges (2013).

Se tratando de produtor de conteúdo diário, o jornalismo deveria atuar de forma social e não apenas comercial. A simples reprodução de acontecimentos não gera o impacto necessário às relações de gênero, tão segregadas no Brasil e no mundo. Atuar como instrumento de conscientização deveria ser um pilar difundido dentro o jornalismo, já que as informações ali tratadas conseguem influenciar a forma como os consumidores do conteúdo vão enxergar cada um dos acontecimentos retratados.

## Abordagem jornalística sobre homens e mulheres no G1 Goiás através de categorias

As 276 matérias referentes a homens e mulheres, publicadas no G1 Goiás entre março e abril de 2021, foram elencadas em doze categorias, quais sejam: 1) Covid; 2) Policial; 3) Acidente; 4) Violência de gênero; 5) Saúde; 6) Animal; 7) Política; 8) Auxílio; 9) Resgate; 10) Judiciário; 11) Cultura; 12) Educação.

Na categoria *Covid*, foram inseridas 105 notícias, o que corresponde a exatos 38% de todo o material coletado. Na categoria *Policial* estão 61 matérias, correspondentes a 22,1%. Já em *Acidente* foram inseridas 33 notícias, referentes a 12% do material. Na categoria *Feminicídio*, por sua vez, existem 23 matérias jornalísticas, que correspondem a 8,3% do total. Em uma escala de quantidade de publicações, a categoria *Saúde* ocupa a quinta posição, com quatorze matérias publicadas, equivalentes a 5,1%.

Em *Animal* foram inseridas nove notícias, que correspondem a 3,3% do total. Em sétimo lugar, com oito matérias publicadas, que equivalem a 2,9%, está a categoria *Política*. A categoria *Auxílio*, no que lhe concerne, representa sete notícias, correspondentes a 2,5%. As categorias *Resgate* e *Judiciário* possuem o mesmo quantitativo: cinco matérias, ou seja, 1,8%. Da mesma forma, as categorias *Cultura* e *Educação* possuem a mesma quantidade de matérias publicadas e, assim, ocupam os dois últimos lugares em uma escala que indica a quantidade de matérias publicadas por categoria. Em ambas, foram registradas três notícias e, assim, cada uma corresponde a 1,1% do todo.

Como forma de atender aos objetivos aqui propostos, pensou-se em aplicar, individualmente, análise de conteúdo em quatro matérias de categorias pré-estabelecidas, sendo uma da categoria *Covid*, que possui a maior quantidade de notícias no período e, assim, torna-se um ponto importante de estudo; uma da categoria *Policial*, que representa a segunda maior quantidade de matérias catalogadas; e duas da categoria *Violência de gênero*.

A partir da análise minuciosa da forma como as notícias são apresentadas, é possível perceber o tratamento aplicado pelo *G1 Goiás* frente aos gêneros masculino e feminino nas mais variadas vertentes, separadas e identificadas em cada uma das doze categorias elencadas e analisadas a partir das principais categorias, assim como compreender a influência de uma sociedade patriarcal no fazer jornalístico.

## **Violência e covid**

Na categoria Covid, apesar do montante de matérias publicadas no portal a respeito da doença e da pandemia no estado de Goiás, optou-se por analisar uma notícia que diz respeito à violência sexual sofrida por uma criança que perdeu a mãe para o coronavírus e ficou com os avós desde então. A escolha foi motivada pela proximidade do assunto com a temática deste artigo, o que contribui para o caminhar dos objetivos estabelecidos.

A matéria cujo título é “Idoso é preso suspeito de estuprar neta de 9 anos que foi morar com ele após a mãe dela morrer de Covid-19, em Piracanjuba”, foi publicada no dia 31 de março de 2021 e tem como autor um homem. Como imagem para ilustrar o conteúdo exposto, há apenas uma foto da sede da Delegacia de Piracanjuba. Não se trata de uma foto autoral, mas sim de uma imagem de divulgação da Polícia Civil.

O nome do avô, suspeito dos abusos, não foi divulgado devido à lei de abuso de autoridade, como cita a matéria. Dentre as medidas da lei estão a punição de agentes por decretar condução coercitiva de testemunha ou investigado antes de intimação judicial e divulgar gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir (CERIONI, 2020).

Na matéria, é dito que “os avós acolheram a menina” após a morte da mãe. A palavra “acolhimento” infere que a criança foi assistida e bem cuidada pelos novos responsáveis. No entanto, como é narrado na própria notícia, após ser destinada aos cuidados dos avós, a menina passou a ser abusada. A escolha do termo “acolher”, então, demonstra um contraposto do que foi afirmado ao longo da narrativa. Assim, é possível dizer que a

palavra foi mal colocada no contexto e um outro termo seria mais adequado para reafirmar a situação enfrentada pela garota.

No entanto, mesmo com o entendimento de que um equívoco possa ter sido cometido na escolha das palavras, o sentido dado à frase é o de que os avós prestaram um bom papel familiar ao cuidar da criança, promovendo de fato um acolhimento àquela que havia perdido a mãe. Essa percepção, porém, é logo refutada com as informações posteriores, de que a avó é suspeita de saber da ocorrência dos abusos.

É possível perceber, também, que as violações não se restringiram ao âmbito familiar, uma vez que uma amiga da criança também pode ter sido estuprada pelo suspeito. Ademais, a narrativa infere que os estupros aconteceram por mais de uma vez ou até de forma cotidiana, já que, segundo expõe o delegado responsável pelo caso, as meninas contaram, em depoimento, como eram abusadas. Aqui, a escolha do termo “eram” aponta uma frequência na ação, já que, caso a violência tivesse acontecido apenas uma vez, o termo mais adequado seria “foram”, que indica uma ação que já terminou.

Além disso, ao explicar que a avó é suspeita de saber dos crimes, a notícia usa palavras no plural, indicando uma prática recorrente de abusos. Somado a isso, há a constatação de que a criança foi morar com os avós em 2020, ano em que a mãe faleceu. Não foi indicado, na notícia, a data exata do falecimento e da mudança da menina para a casa dos avós, mas considerando a data da publicação da matéria, já no fim de março de 2021, compreende-se que a criança ficou vários meses sob a guarda da avó e do avô. Dessa forma, os estupros podem ter acontecido pelo mesmo período ou menor, ficando restrito a dias.

É importante perceber que, como fonte para a notícia, há apenas o delegado responsável pelo caso. Assim como em outras categorias, como *Policial* e *Violência de gênero*, nota-se o uso restrito de fontes oficiais. Para além disso, os desencadeamentos do caso são apenas citados superficialmente e incluem a pena que o suspeito pode pegar caso seja condenado e a destinação da criança a um abrigo temporário até que uma tia consiga na Justiça o direito de ficar com ela.

Conjuntamente à análise já realizada, vale salientar que os abusos não foram motivados exclusivamente pela oportunidade após a morte da mãe da criança. Visto que a violência não foi praticada somente contra a garota, mas também a uma amiga dela, é possível inferir que, em algum outro momento que o avô tivesse proximidade à neta, os estupros poderiam ter sido cometidos. Isso porque a avó é suspeita de saber dos crimes e assim, conseqüentemente, acobertar a prática do companheiro, e também porque a violação foi realizada contra mais de uma criança.

## **Estupros em abrigo**

A matéria intitulada “Polícia indícia ex-primeira-dama e mais três pessoas por omissão diante de estupros contra crianças em abrigo de Quirinópolis” foi publicada no dia 22 de março de 2021 e escrita por uma mulher. Apenas uma imagem ilustra a matéria, inserida na categoria *Policial*. Trata-se de uma foto não autoral, de reprodução da Polícia Civil, que mostra a Delegacia de Quirinópolis.

A notícia narra a descoberta dos crimes a partir da denúncia de um casal que adotou uma criança que ficava no abrigo e que relatou a eles a vivência de episódios sexuais no local. De acordo com uma delegada, usada como fonte na matéria, também houve, pela polícia, a ciência de abusos relatados por outras duas crianças que fugiram do abrigo, que é uma instituição municipal, como define a matéria.

É dito, logo no início da narrativa, que a ex-primeira dama da cidade e outras três pessoas foram indiciadas por omissão diante dos estupros, incluindo a ex-presidente do Conselho da Criança e Adolescente e a coordenadora do local. Também há a explicação de que outras seis cuidadoras do abrigo foram indiciadas por maus-tratos. Apenas no fim da notícia é apresentada a informação de que todas as pessoas envolvidas também foram indiciadas por crime de submissão à humilhação, com pena de 6 meses a dois anos, e pelo crime de maus-tratos, com pena de 2 meses a um ano.

Chama atenção o fato de que em nenhum momento é dito por quem os abusos foram cometidos. A matéria afirma, por diversas vezes, a ocorrência da violação contra as crianças e o conhecimento dos crimes por parte dos indiciados mas, do início ao fim, a pessoa responsável (ou as pessoas) pelos abusos não é sequer indicada.

Outro ponto passível de análise é a participação do atual prefeito de Quirinópolis como fonte da matéria. Por ele, é dito que a maioria das pessoas suspeitas de envolvimento nos crimes já foram substituídas e que várias providências já foram tomadas. No entanto, essas medidas não são apontadas e o fato de se afirmar que quase todas, mas não todas, as pessoas envolvidas nos abusos foram substituídas indica uma falta de urgência em tratar do assunto, mesmo diante da gravidade dele.

Nota-se, tanto por parte da autora da notícia quanto por parte do prefeito, usado como fonte, o tratamento superficial atribuído aos crimes. Entende-se que relações de poder influenciam relações sociais e permitem, muitas das vezes, que poucas informações sobre determinados assuntos sejam divulgadas, assim como permitem que autores de crimes não sejam mencionados em matérias jornalísticas. A respeito do que diz Giordani (2011, p. 6), “o âmbito do poder e da dominação, via linguagem, e por sua vez realidade social, vai desde a atuação do Estado até as relações sociais, manifestando-se por meio de estratégias, atores e dispositivos”.

No entanto, o Jornalismo tem papel fundamental na manutenção do acesso à informação e deve se assegurar como tal, cumprindo com o exercício de levar o máximo de veracidade ao público, a exemplo do que explica Karam (1997):

A liberdade de expressão e o direito social à informação, mediados pela atividade profissional dos jornalistas, podem - mesmo com as contradições inerentes ao capitalismo - caminhar na defesa da informação como bem público e social, tensionando os limites políticos e ideológicos da atual estrutura informativa, a fim de constrangê-los pela fundamentação teórica, ontológica e epistemológica ao lado da ação política concreta num movimento que sintetiza e analisa a realidade e, simultaneamente, age sobre ela. No jornalismo, essa práxis comprometida com a potencialidade epistemológica, política e tecnológica da atividade deve ser somada à radicalidade da defesa ética da profissão. Se a informação é um bem público e social, como define a

Unesco, precisa superar os complexos limites em que se move atualmente. A informação implica ser mediada por uma ética que, sem apegar-se somente a normas de conduta, reflita uma própria teoria moral que rompa com a moralidade conservadora, com a legalidade e dominação vigentes e construa-se com base em valores como *liberdade e humanidade* (KARAM, 1997, [n.p.]. Grifos do autor)<sup>5</sup>.

A matéria em questão teria potencial para explorar o assunto com diferentes fontes e vertentes. A partir da análise das matérias catalogadas, é possível perceber que o portal jornalístico adota um modelo de notícias mais curtas e que apenas alguns casos são aprofundados. Nota-se, também, que quando há a escolha de discutir um assunto já apresentado, são feitas várias notícias e não apenas uma só com maior amplitude. No entanto, aqui optou-se por analisar as matérias individualmente e, assim sendo, foi possível verificar a necessidade de um debate maior a respeito de alguns temas, como o apresentado nesta análise.

Sendo assim, é compreensível que as temáticas apresentadas no Portal refletem as vivências sociais instauradas no estado, mas não são performances exatas daquilo que é vivido cotidianamente. Isso porque, em uma redação jornalística, opta-se pelo destaque maior em alguns acontecimentos enquanto outros, de mesma importância, não são noticiados e, se são, tornam-se pouco discutidos. Essa prática pode se tornar um empecilho entre a realidade e o que é noticiado.

A falta de diversificação de fontes também é um ponto que chama atenção, já que apenas a opinião de uma delegada é demandada, além de uma rápida informação advinda do atual prefeito da cidade em que o abrigo fica localizado. Contudo, é necessário reconhecer que houve, sem sucesso até a publicação da matéria, a tentativa de obtenção de um posicionamento da ex-primeira dama de Quirinópolis, indiciada no caso.

Entende-se, também, que algumas informações a respeito de investigações ficam restritas ao domínio policial e os meios comunicacionais não podem ter acesso a elas. Porém, em um caso de tamanha gravidade como o exposto, seria interessante, para não dizer

---

<sup>5</sup> A versão digital do livro “Jornalismo, Ética e Liberdade”, a qual eu tive acesso, não está paginada.

necessário, que mais pessoas fossem ouvidas e que informações aprofundadas fossem exibidas ao público.

Todavia, a partir da percepção de que o Jornalismo faz parte de um meio capitalista, como explicita Genro Filho (2004), compreende-se que o *G1 Goiás* está inserido nessa esfera. Assim, o portal deve manter a audiência que, como dito anteriormente, é a maior de Goiás. Através disso, é decifrável a necessidade de se publicar notícias importantes em acontecimento no estado, mesmo sem os devidos aprofundamentos, como foi observado.

## **Violência familiar**

A notícia cujo título é “Homem é preso suspeito de matar irmã a facadas em briga envolvendo máquina de lavar roupas, em Aparecida de Goiânia”, foi escrita por uma mulher e publicada no dia 29 de março de 2021. Na matéria existem duas imagens, sendo a primeira uma foto da vítima, retirada de uma rede social, e a segunda uma foto de um cômodo da casa em que a vítima morava, que estava bagunçado, indicando luta corporal, segundo o texto. Esta imagem também não se trata de uma produção autoral da equipe do *G1*, mas sim de uma reprodução do conteúdo fotográfico da Polícia Civil.

A matéria narra mais um caso de feminicídio ocorrido no estado de Goiás, dessa vez por motivo fútil. À exceção da maioria dos casos, este foi cometido pelo irmão da vítima. O acontecimento fica, então, na esfera familiar mas sem ter sido cometido por cônjuges, como se percebe na quase totalidade do conteúdo catalogado. Nota-se que a veiculação de conteúdos como o apresentado concerne na realidade vivenciada no estado de Goiás, assim como remete a uma escolha do próprio portal jornalístico.

A visibilidade feminina no jornalismo vem há tempos sendo tema de questionamentos e análises no espectro acadêmico – mas é a partir de uma democratização da problemática feminista que, percebemos, a imprensa passa a se pensar e repensar como reprodutora de representações violentas (MORAES; SILVA, 2019, p. 11).



É importante considerar que assuntos principais são definidos pela equipe de redação do veículo e, a partir daí, tem-se a escolha sobre o que será ou não abordado. Da mesma forma, é necessário reconhecer que a predileção só acontece porque os acontecimentos estão em voga na sociedade.

Poucos assuntos são mais aterradores do que os crimes em família. Pais que matam filhos em vez de protegê-los. Filhos que matam pais em vez de lhes serem gratos. Irmãos que matam irmãos, maridos que matam suas mulheres grávidas, mulheres que encomendam a morte de seus maridos. São *eventos fascinantes* para o jornalismo, dotados de notabilidade porque, a cada fato singular, renasce o seu elemento universal: os laços se unem aqueles que se amam. A cada ruptura dessa “certeza natural”, ressurge o horror de saber que esses laços nem sempre existem, ou nem sempre são suficientes, ou nem sempre podem ser compreendidos em toda sua extensão ou patologia psíquica (BENETTI, 2009, p. 293. Grifos da autora).

Chama atenção o fato de que apenas o delegado responsável pelas investigações do caso é apontado como fonte. Além disso, as informações contidas no texto foram, como é informado no próprio portal, extraídas de registros policiais. A autora da notícia explica que não foi possível contatar a defesa do preso, uma vez que ele ainda não havia sido ouvido pela equipe policial. Da mesma forma, é dito, ao fim da notícia, que a Polícia Técnico Científica foi acionada, mas não deu retorno até a última atualização da reportagem.

Não foi informado, no texto, o horário em que a última atualização foi realizada. Porém, é possível observar que a tentativa de contato foi realizada às 10h40 e a notícia foi publicada exatamente às 11h, o que implica em um curto espaço de tempo para que a possível fonte possa responder. Compreende-se, em um viés comercial, a necessidade da maior antecipação possível dos fatos ao leitor, mas é exequível a noção de que o fazer jornalístico pode ficar prejudicado.

No caso das mudanças que vêm ocorrendo no campo do jornalismo, uma das principais questões que resultam da grande aceleração, principalmente após a emergência das mídias digitais no cenário da comunicação, é a mudança dos ciclos de notícias, que, tanto pelo lado da produção quanto da recepção, parecem ser governados pela velocidade, passando a concorrer com os antigos ciclos que obedeciam a padrões industriais de divulgação de notícias (MELO, 2018, p. 4).

O caso de feminicídio em questão, cometido pelo irmão da vítima, foi escolhido como objeto de análise para demonstrar que a violência contra a mulher vai além da cometida por maridos, ex-maridos e companheiros de qualquer espécie, que são, no entanto, maioria (SANTOS et al., 2014). Um sistema patriarcal, que leva homens a julgar como cabível de punição qualquer atitude feminina que desagrade, instiga a violência de gênero e mantém a continuidade dela.

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 2010, p. 169).

Dessa maneira, é passível de análise o fato de um homem matar a própria irmã por um motivo fútil que é, nesse caso, uma discussão por uma máquina de lavar roupa. A cultura de que, em uma hierarquia familiar, a mulher deve respeitar a opinião do pai, irmão e marido, ainda coloca o gênero feminino como suscetível a episódios como o relatado, em que um familiar julga necessário tirar a vida de um ente por conta de um desentendimento.

A apresentação das informações na matéria permite inferir que a agressividade relatada não foi destinada exclusivamente à vítima e que no episódio foi aplicada demasiada violência, uma vez que outra irmã do agressor foi ferida ao tentar separar a briga. Também é possível concluir que a agressão chamou a atenção daqueles que estavam na rua, dado que o homem foi agredido por populares ao sair da casa da vítima, após cometer o crime.

Este é mais um indício da dimensão da violência aplicada contra a irmã, já que pessoas que estavam fora do local conseguiram ouvir a discussão e tentaram punir o agressor quando ele saiu da residência. Por conseguinte, é admissível que muitos fatos devam ser deduzidos e não são apontados diretamente no *G1 Goiás*, o que indica um tratamento superficial ao conteúdo veiculado. Como já dito, essa característica pode ser explicada

pelo modo de jornalismo “rápido” vivenciado nos dias atuais, além de uma escolha própria do portal. No entanto, há a sensação, para aquele que lê, de que falta algo, seja um esclarecimento ou informação.

## **Feminicídio**

A notícia inserida na categoria *Violência de gênero* e que tem como título “Homem mata a ex-mulher e o marido dela a facadas em Palmeiras de Goiás, diz polícia” foi publicada no dia 01 de abril de 2021 e escrita por um homem. Apenas uma imagem ilustra a matéria, sendo uma montagem com fotos das duas vítimas: a mulher e o esposo. Há, também, a opção de assistir a reportagem televisiva veiculada na TV Anhanguera sobre o ocorrido. As duas vítimas foram identificadas e tiveram os nomes divulgados na matéria. Já o nome do agressor não foi revelado.

A narração relata a prática do crime e a motivação na qual a polícia acredita. De acordo com o que é exposto, o autor dos assassinatos, que também morreu, pode ter tentado contra a vida das duas vítimas e contra a própria por ciúmes. As informações às quais o portal jornalístico teve acesso são de cunho policial, sendo considerados o relato da Polícia Civil e o boletim de ocorrências realizado pela Polícia Militar.

O boletim da Polícia Militar, por sua vez, indica que um vizinho acionou a corporação após ouvir gritos de socorro vindos da casa da mulher. Ao chegar no local, a polícia se deparou com o portão trancado e precisou quebrar a tranca para entrar na residência. É exposto, também, que o homem agredido foi encontrado ainda com vida e contou aos policiais o que havia acontecido. Os dois homens, vítima e agressor (posições apontadas na matéria), foram encaminhados ao hospital mas não resistiram aos ferimentos.

Assim a descrição é feita, com informações inteiramente advindas da polícia. Não são apontados maiores detalhes a respeito do relacionamento entre a mulher e o agressor, que é ex-marido dela, como por exemplo há quanto tempo o término ocorreu. Todavia,

mesmo com a mulher dando seguimento a própria vida, o ex-companheiro sentiu-se detentor do direito de interromper a vida dela por ciúmes, como se ela não pudesse ter uma vida sem ele.

“[...] na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade”, argumentam Boris e Cesídio (2007, p. 456). A realidade apontada está longe de ser restrita ao período colonial. Como dito anteriormente, o patriarcalismo ainda interfere na forma como as relações são ditadas e, conseqüentemente, os crimes são praticados. Essa verdade corrobora na incidência de notícias com o mesmo cunho, como observado neste artigo.

As raízes machistas da sociedade brasileira reforçam o papel da mulher como pertencente ao homem. Mesmo após o fim do relacionamento, a mulher segue passível das determinações masculinas e pode ter a vida interrompida por aquele que estabelece que o direito de viver foi encerrado. Haja vista o que afirma Blay (2003), a cultura de subordinação na qual mulheres estão inseridas as colocam como uma alienável e eterna propriedade.

Essa constatação é reafirmada quando se percebe que o agressor opta por tirar a própria vida, mas não aceita que a ex-companheira possa ter vivências que não sejam mais vinculadas a ele, como notou-se no caso analisado. A percepção é ainda mais reforçada quando há a morte do atual marido da mulher, o que demonstra a não aceitação de outro homem na mesma posição que um dia foi ocupada pelo agressor, como se aquele lugar fosse único e não houvesse mais possibilidade de outra pessoa ocupá-lo.

A ideia de propriedade é altamente pleiteada nesse contexto, uma vez que a mulher torna-se um objeto pertencente ao homem e, assim, está submetida às vontades dele e unicamente dele. Aquilo que ela deseja não está em questão, assim como o direito à vida não cabe a ela, mas sim ao parceiro, ex-parceiro, pai, irmão.

## Considerações finais

A partir de toda a análise construída até aqui, é possível refletir acerca dos objetivos propostos e os resultados encontrados. Como principal guia deste trabalho, almejou-se elaborar elementos teóricos, metodológicos e instrumentais para analisar a forma como os gêneros masculino e feminino aparecem nas notícias jornalísticas do portal jornalístico *G1 Goiás* entre março e abril de 2021. Assim, discussões teóricas foram construídas de modo a embasar as observações posteriormente realizadas, possibilitadas a partir da criação de quadros e categorias que delimitaram os assuntos nos quais ambos os gêneros estão inseridos.

Em congruência com as problemáticas pensadas, foram analisadas matérias específicas que abarcasse especialmente as condições de homens e mulheres no estado de Goiás. Com isso, foi possível perceber que, na maioria das vezes, as mulheres são temas de notícia quando estão na posição de vítima. Os crimes aos quais elas são submetidas são, inclusive, narrados de forma parecida, uma vez que o comportamento dos agressores se repetem. Da mesma forma, elas são pouco requisitadas como fontes. Notoriamente, os fatos noticiados que têm mulheres como personagens principais, à exceção dos que envolvem violência, são minoria no portal jornalístico.

Esse indicador não reflete somente a posição do *G1 Goiás*. Em maior parte, tem-se a representação social de um sistema excludente em relação às mulheres, o que as mantém na condição de vítimas e perpetuam os homens nas situações de poderio, tanto em relação a outros corpos quanto em relação a si próprios. Nota-se, então, que na parcela de realidade representada no Portal, as construções sociais patriarcais são reforçadas, já que as mulheres são colocadas em poucas situações além dos majoritários casos noticiados sobre violência, seja ela moral, sexual, física ou patrimonial.

O jornalismo, atuando como um espelho da realidade, é determinante no que concerne ao saber público. Assim, a grande quantidade de notícias publicadas no *G1 Goiás* a respeito de casos de violência contra mulheres é um fator deliberativo da realidade vivenciada no

estado. No entanto, a forma como esses assuntos são tratados está diretamente ligada ao fazer jornalístico e, conseqüentemente, na representação social.

Considerando as interlocuções jornalísticas explicitadas, tornou-se possível a construção de leituras sobre o modo como mulheres e homens são retratados em notícias publicadas diariamente, refletindo a realidade social de um sistema patriarcal enraizado na sociedade brasileira. A percepção já discutida de que o fazer jornalístico é pautado em premissas masculinas corrobora na comprovação da hipótese pensada neste trabalho, de que as raízes profundas de um machismo estrutural, normalizado por muitos séculos, interfere na construção de notícias jornalísticas. Como um reforço para a evidência da resposta à hipótese, tem-se o fato de que as mulheres não adquirem voz sequer no momento em que suas vidas são exploradas e expostas pela mídia.

Opiniões são comumente requisitadas, mas de forma habitual sempre há alguém para falar sobre elas e por elas, como no uso de fontes oficiais que, como foi possível notar, são preferíveis pelo Portal. Assim, em alguns casos, o baixo índice de mulheres nessa posição se dá pela pouca ocupação delas nas esferas de poder, uma vez que, apesar dos avanços conquistados, a desigualdade no mercado de trabalho permanece e algumas funções continuam sendo majoritariamente ocupadas por homens.

Dessa forma, são explorados os casos em que as mulheres são violentadas, mas a opinião delas sobre as situações não são demandadas. Os casos que fogem à regra são aqueles que expõem o sofrimento e os pedidos de ajuda dessas pessoas. Nessas situações, as mulheres são ouvidas com frequência, a exemplo da categoria *Auxílio*. Para além disso, apesar da influência que o *G1 Goiás* tem no estado e das informações em primeira mão que muitas vezes são divulgadas por ele, notou-se que a urgência pela necessidade de publicação dos conteúdos para que a captação do público leitor ocorra na frente de outros jornais, acarreta no uso de termos com sentido diferente do que se quer passar.

Essa prática vai além da conduta do jornalista já que, muitas das vezes, a rotina das redações impõe ao profissional a rápida produção do material para publicação, o que implica na baixa reflexão acerca do que está sendo produzido. Conseqüentemente, ações

como essa podem reforçar ainda mais as concepções sociais discutidas neste artigo, contribuindo para a manutenção dos estigmas nos quais as mulheres são, ao longo dos anos, mantidas.

Entender como itens de uma construção social com bases antigas mas tão presentes na atualidade, como o machismo estrutural, permeiam a construção jornalística é perceber-se como ser presente e participante de uma sociedade. Ademais, trata-se de uma percepção, enquanto indivíduo, do lugar que se ocupa em um meio social e, mais ainda, como é constituído esse meio social. O exercício de perceber como o contexto interfere na produção jornalística vai além da importância do trabalho acadêmico, tornando possível a visão crítica do que acontece ao redor de cada um e qual é a posição de cada indivíduo dentro de um sistema conservador e patriarcal.

Compreender a forma como situações cotidianas refletem e instituem notícias dentro de um portal jornalístico é importante não só para pesquisadores da área, mas também para toda a população que consome tal conteúdo. Implicitamente, os usuários da página produzem sentidos a partir do que é visto. Essa produção contribui para a perpetuação de um sistema que vai além do jornalismo. Trata-se de um sistema social, que institui atividades, ramos, situações e condições “ideais” para o gênero masculino e para o gênero feminino.

Como tendo a função de informar tais situações ocorridas no cotidiano, o jornalismo se coloca como uma ferramenta de tradução e de transformação social. Partindo dessa premissa, revelou-se a necessidade de observar como mulheres e homens são retratados dentro de um cerco midiático que tem a função de explicitar, à população em geral, fatos ocorridos corriqueiramente. Observando a conceituação de assuntos ligados a este artigo, nota-se que o tema pesquisado é importante no quesito de promover reflexões acerca da prática jornalística, que está diretamente ligada ao contexto social no qual leitores e produtores de conteúdos jornalísticos estão inseridos. Não obstante, há o desejo de que discussões nesse sentido sejam cada vez mais levantadas, inclusive no meio acadêmico.

A escassez de pesquisas acadêmicas a respeito do tratamento de gênero dentro dos jornais foi um impulso a mais para a elaboração do presente estudo. Nesse sentido, entende-se que a pesquisa realizada pode interessar tanto à futuros jornalistas, quanto aos profissionais que já atuam no mercado de trabalho jornalístico que, muitas vezes, reproduzem estereótipos e construções machistas e patriarcais no exercício da sua profissionalidade sem, contudo, ao menos refletir sobre isso.

Considerando que se trata de um tema atual, já que discussões de gênero e a posição que cada um ocupa na sociedade estão cada vez mais fomentados, a análise de como ambos os gêneros citados aparecem nas notícias de um significativo portal jornalístico de Goiás se fez significativa. A pesquisa, portanto, promoveu a divulgação do tema, tão importante na atualidade. Contudo, é desejado que outros estudantes e pesquisadores se interessem pela análise e que mais trabalhos surjam da relação entre gênero e jornalismo, uma vez que se trata de um amplo cenário e que deve ser, cada vez mais, discutido e explorado.



## Referências

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641241002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: MARQUES, Ângela et al (org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado**. 2013. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CERIONI, Clara. Entenda a Lei de Abuso de Autoridade, que começa a valer hoje. In: **Exame**, São Paulo, 3 jan. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/entenda-a-lei-de-abuso-de-autoridade-que-comeca-a-valer-hoje/>. Acesso em: 25 maio 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre a necessidade de uma teoria do Jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 01, n. 1, p. 160-162, jan./jun. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Jornalismo: UFSC, 2004.

GIORDANI, Rosselane Liz. **As Relações de Poder Exercidas através do Discurso**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/giordani-rosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2021.

GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 26, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 2014.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. O estudo dos gêneros do jornal: o caso da reportagem. In: Encontro do Celsul, 5., 2003, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba: UNISUL, 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19498386-O-estudo-dos-generos-do-jornal-o-caso-da-reportagem.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MELO, Mônica Chaves de. Mais rápido e mais devagar: como o paradoxo da aceleração afeta o ciclo de notícias do jornalismo. In: II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, 2018, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo, Unisinos, 2018, p. 1-6.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf). Acesso em: 11 abr. 2021.

SANTOS, Amanda Freire *et al.* Violência doméstica contra mulher. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 71-78, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.1S, n.2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TAVARES, Maria Alice. O verbo no texto jornalístico: notícia e reportagem. **Working papers em linguística**, Florianópolis, n. 1, jul./dez. 1997.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Gêneros jornalísticos e a Análise de Conteúdo: um aporte brasileiro. In: 40<sup>º</sup> **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0222-1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

*Recebido: 15.10.2021*  
*Aprovado: 31.12.2021*